



CORPO, PRAZER, ESCOLHAS, DIVERSIDADE, LIBERDADE, TABUS, MITOS, CURIOSIDADE: REPRESENTAÇÕES DAS/OS LICENCIANDAS/OS SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO

Juliana Lapa Rizza¹
Paula Regina Costa Ribeiro²

Situando a Pesquisa

Este trabalho tem como propósito analisar as narrativas produzidas durante os encontros com as/os licenciandas/os da Universidade Federal do Rio Grande/FURG – sujeitos de uma pesquisa de mestrado – que participaram do Curso “Sexualidade e Formação Inicial: dos currículos escolares aos espaços educativos”. Durante o curso problematizamos as questões de corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar.

Para tanto estamos fundamentando nossos conceitos entendendo que as questões de gênero e sexualidade são construções sócio-históricas e não algo biológico e inato ao ser humano, somos constituídos enquanto sujeitos, masculinos e femininos, através das narrativas nos múltiplos espaços em que transitamos.

Aproximações com as questões de sexualidade e gênero

O discurso sobre a sexualidade sempre esteve presente, ou seja, muito se fala sobre a sexualidade, não é possível pensar que houve um momento histórico que fez com que essa discussão, então, emergisse. Entretanto, é preciso pensar o que falam sobre a sexualidade e quem são os sujeitos autorizados ao discurso e, de que lugar esses sujeitos estão falando. Segundo Foucault

[...] o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso” (2007, p.18)

O sexo sempre esteve em discurso, como propõe Foucault, sempre se falou sobre ele, mas é preciso pensar que discurso está sendo dito. E ao olhar à história, visando compreender o presente,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: ju_rizza@yahoo.com.br.

² Doutora em Ciências Biológicas: Bioquímica. Professora do Instituto de Educação e do PPG Educação em Ciências e Educação Ambiental da FURG. Coordenadora do PPG Educação em Ciências da FURG. E-mail: pribeiro@vetorial.net.



fazendo uma história do presente, isto é, buscando as condições de possibilidades que fizeram com que, hoje, a sexualidade fosse entendida como algo feio ou pecaminoso, que deve ser vivido por um casal, um homem e uma mulher, apenas para a procriação, nos possibilita perceber alguns aspectos que marcaram as mudanças no discurso sobre a sexualidade.

Nas pesquisas que temos realizado foi possível encontrar esses discursos e práticas de professoras/es que vem entendendo que para discutir a sexualidade com as/os alunas/os existe alguém que é autorizado a falar, que existe uma fase da vida em que é possível falar sobre esse assunto, assim como não se pode falar de sexualidade em qualquer espaço, ou seja, quem pode falar e quando é possível falar de sexualidade. Além disso, uma das primeiras instâncias sociais responsável pelo diálogo sobre a sexualidade é a família e em seguida a escola, dessa forma, esses são, então, os espaços entendidos como permitidos para o diálogo sobre essa temática. Nesse sentido, Ribeiro destaca:

Desde o século XVIII a instituição pedagógica concentrou as formas do discurso nesse tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem deles os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar do sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite veicular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. (2002, p.62)

A partir desses entendimentos é possível entender a sexualidade, em algumas escolas, estar vinculada as aulas de ciências ou de biologia, quando o assunto for corpo humano. Em outras escolas, algumas/alguns professoras/es não trabalham com a sexualidade, nem mesmo sobre o aspecto biológico. No entanto, elas/es encaram as discussões sobre sexualidade de forma equivocada, segundo Louro, muitas/os professoras/es pensam que

se deixarem de tratar desses ‘problemas’ a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. (2007, p. 80-81)

Ao entender que não falando na sexualidade, ela estará fora da sala de aula, mais uma vez a sexualidade não estará sendo silenciada, ao contrário, ela está no discurso dessas/es professoras/es, pois ao não enunciar o assunto significa que estão ensinando, através desse “silenciamento”, que sexualidade é algo feio e proibido e que não devemos falar nesse assunto em alguns espaços, como a escola, por exemplo, deixando para a família, entendida como espaço privado, o lugar ideal para, então, discutir essas questões.

A partir dessas discussões, entendemos que a proposta não é pensar apenas acerca da importância de discutir a temática da sexualidade na escola, já que sempre se falou dela, mesmo que de diferentes formas, esse discurso sempre esteve presente. Sendo assim, “trata-se de determinar,



em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana.” (FOUCAULT, 2007, p.17)

No entanto, ao discutir a importância da sexualidade ser entendida pelas/os profissionais da educação, ou futuras/os profissionais da educação – licenciandas/os –, não estamos entendendo que a educação para a sexualidade aconteça somente nos espaços de educação sistematizada, como a escola, por exemplo, ao contrário, somos construídos em todos os espaços, desde o momento em que estamos no útero materno, com a escolha do nome, das cores do enxoval, para menino e menina, entre outros momentos e instâncias sociais – família, religião, escola, entre outras –. Sendo assim, somos construídos enquanto sujeitos através do discurso, das mídias, das imagens, as quais vão nos interpelando e deixando suas marcas.

Ao discutir a sexualidade, estamos entendendo-a como um conceito amplo, o qual compreende valores, crenças, formas de desejo e prazer, que vão inscrevendo suas marcas nos corpos dos sujeitos, assim como nos mostra Louro

a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. [...] As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. (2001, p.11)

Sendo assim a sexualidade é uma construção social, histórica e cultural, isto é, aprendemos a ser homens e mulheres através das nossas vivências e dos significados que atribuímos a cada uma delas, com isso, não se está negando a existência de uma biologia do corpo. Ao contrário, existe sim o corpo que é fisiologia, anatomia, mas ele não é somente isso, ele é cultura, que carrega significados, que não podem ser invisibilizados pela escola.

Então, a proposta de problematizar a sexualidade e o gênero nos cursos de formação inicial e, conseqüentemente, nas escolas, como um componente curricular tem como objetivo discutir e “desestabilizar as “verdades únicas”, os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, [...] problematizando o modo como são significadas e como produzem seus efeitos sobre a existência das pessoas.” (FURLANI, 2005, p.69). Sendo assim, entendemos que a escola, enquanto instituição social, que ensina modos de ser e estar na sociedade, construindo assim os sujeitos, precisa problematizar os múltiplos discursos sobre a sexualidade, como por exemplo, a criança que é vista como inocente, a família que se constitui para a reprodução, não havendo a possibilidade do sexo pelo prazer, pensar o corpo enquanto um híbrido – biológico e cultural –, entre outros aspectos.

Estratégia metodológica: a investigação narrativa



Na área da educação, as pesquisas têm sido construídas a partir de diferentes tipos de abordagens qualitativas, com o intuito de promover, de forma bastante produtiva, a interação entre o pesquisador e o contexto social e cultural pesquisada. Sendo assim, esta abordagem de pesquisa vem defendendo a idéia de que só é possível compreender os sujeitos quando esses estão inseridos em um determinado tempo e espaço.

As narrativas situam-se em uma abordagem qualitativa, pois esse processo investigativo está alicerçado na experiência vivida e na qualidade de vida e de educação dos sujeitos da pesquisa. “A narrativa e a vida vão juntas e, portanto, o atrativo principal da narrativa como método é sua capacidade de reproduzir as experiências da vida, tanto pessoais como sociais, de formas relevantes e cheias de sentido” (CONNELLY E CLANDININ, 1995, p.43). Além disso, ao nomear o trabalho com narrativa, para os autores, podemos falar em investigação sobre as narrativas, ou ainda de investigação narrativa, pois estão entendendo a narrativa tanto como um fenômeno que pode ser investigado quanto como um método de investigação.

Então, ao utilizarmos a investigação narrativa como estratégia metodológica, entendemos a narrativa como uma prática social, ou seja, é no processo de contar e ouvir histórias que os sujeitos vão construindo os sentidos de si, dos outros, das suas experiências e do contexto no qual estão inseridos. Para Larrosa (1996), a narrativa é uma modalidade discursiva, na qual as histórias que narramos e ouvimos, produzidas e mediadas a partir das práticas sociais, passam a construir a nossa história de vida, dando sentido a quem somos e a quem são os outros, constituindo assim as nossas múltiplas identidades – de gênero, sexual, racial, religiosa, profissional, de classe social, de mãe/pai, filha/o, esposa/o, entre outras.

Neste sentido, a história das nossas vidas está entrelaçada por muitas outras histórias e, assim, vamos aprendendo a construir nossas identidades e damos sentido a nossa vida, ao mesmo tempo que construímos nossa história de vida. Com isto, não estou entendendo que a identidade é algo que encontro ou descubro, como se já fizesse parte da minha essência; ao contrário, a identidade é algo que eu invento, construo e fabrico através das múltiplas narrativas que contamos e ouvimos e que através delas vamos nos constituindo enquanto sujeitos.

Sexualidade é...analisando as narrativas produzidas pelas/os licenciandas/os

A estratégia consistiu em “olhar” nas narrativas das/os licenciandas/os – suas falas, seus desenhos – a rede de enunciados que emergiu engendrando a sexualidade e o gênero. Porém, não estou considerando que os enunciados que emergiram representaram a totalidade do que as/os



licenciandas/os tinham e têm a dizer ou pensam a respeito dos gêneros e das sexualidades, pois, como diz Larrosa (1996, p. 461-462) “as narrativas pessoais se produzem e se medeiam em diferentes contextos sociais e com diferentes propósitos”.

Na análise, entendemos a narrativa como uma modalidade discursiva em que, através das narrações, as pessoas constroem os sentidos tanto de si quanto de suas experiências, neste caso, das práticas escolares relacionadas à sexualidade e ao gênero. Nesse sentido, Larrosa destaca (1996, p. 471): “cada um de nós se encontra já imerso em estruturas narrativas que lhe preexistem e que organizam de um modo particular a experiência, que impõem um significado à experiência. Por isso, a história de nossas vidas depende do conjunto de histórias que temos ouvido, em relação às quais temos aprendido a construir a nossa”. Tal entendimento, das narrativas como um intertexto³, levou-nos a examinar a intertextualidade que constitui as suas experiências narradas relativamente à sexualidade.

Através da atividade "Sexualidade é...", que tem como objetivo conhecer as representações das/os licenciandas/os a respeito da sexualidade, buscamos problematizar os entendimentos de sexualidade que estão presentes nas diversas instâncias sociais. Discutir a diversidade de representações (rede de relações), entendendo que a sexualidade envolve uma série de símbolos, convenções, rituais que são processos culturais e plurais.

Ao analisarmos as narrativas que emergiram, bem como as produções das/os licenciandas/os, ou seja, os desenhos, frases, músicas, colagens, recortes e montagens que realizaram sobre seu entendimento de sexualidade foi possível perceber a multiplicidade de entendimentos que cada um de nós constrói sobre o que é sexualidade. Elas/es mencionaram diversas questões dentre elas: a busca pela corpo perfeito, o prazer, a sensualidade, a sexualidade que está presente em todas as faixas etárias, a vaidade, os cuidados com o corpo, gravidez, as múltiplas formas dos sujeitos se relacionarem – homo, hetero e bissexualidade – a mídia, o toque no seu próprio corpo e no corpo do outro, as profissionais do sexo, entre tantas outras discussões que emergiram sobre a sexualidade. Dentre as narrativas que emergiram destacamos a questão da família, segundo as/os licenciandas/os, como a primeira instância social responsável pelo diálogo sobre essa temática: [...] *o papel da família sobre... falar sobre esse termo, explicar como é que funciona tanto a relação entre homem e mulher, como a interação, não ter tanto aquele tabu.*

³ Segundo Silva, a intertextualidade na concepção de Kristeva e Barthes pretende destacar que “um texto nunca é expressão de um significado autorial singular nem tem um significado que se origina e se fecha naquele texto particular, de forma isolada, mas só pode ser compreendido na sua relação com a uma variedade de outros textos” (2000, p. 72).



Nessa narrativa é possível perceber que a família aparece como um espaço importante na discussão da sexualidade. Em outros momentos, as/os licenciandas/os mencionaram que a família tem o dever de dialogar sobre a sexualidade, com isso, elas/es não estão negando a importância da escola também problematizar essas questões, mas segundo elas/es, a família é o primeiro espaço em que os sujeitos transitam e deve tratar dessas questões, antes mesmo da escola, para que não se construam mitos e tabus acerca da sexualidade.

Pensando acerca dos discursos da sexualidade e a família, segundo as/os licenciandas/os tendo uma importância nessa discussão, para ARIÈS (1981) no século XIX emerge uma preocupação com a infância era preciso preservar a moralidade da criança e educá-la, proibindo algumas atividades as quais os adultos acreditassem que fossem ruins para uma criança. Elas já não se misturam com os adultos e, com essas modificações, a sexualidade, antes tema discutido com franqueza, sem pudores e segredos, também passa a ser entendida de outra forma, ou seja, ela continua no discurso, mas agora passa a ser encerrada no seio da família. E, além disso, as palavras já não podem ser ditas livremente, alguns locutores e discursos passam a ser autorizados de serem enunciados. Para Foucault,

a sexualidade é cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. [...] Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. (FOUCAULT, 2007, p. 9-10)

É possível perceber que sempre se falou da sexualidade, mas de diferentes formas, no início do século XVII não existiam segredos acerca da sexualidade. Já nos séculos seguintes, continua-se a falar da sexualidade, ao contrário do que muitos pensam, não passa a existir um silenciamento, há uma explosão discursiva, mas são determinados os sujeitos que podem falar, em que instâncias sociais e que discursos podem ser ditos. Ao colocar o sexo em discurso, ao falar sobre ele de outras formas, todas as instâncias sociais passam a ser interpeladas por esses discursos, passando a enunciá-lo e a sentir-se como parte importante para fazer com que as/os sujeitos falem da sua sexualidade.

Outro entendimento sobre sexualidade suscitado pelas/os licenciandas/os foi com relação ao ato sexual, ou seja, discutiram sobre a homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade, mas trouxeram outras discussões, segundo uma licencianda, a sexualidade [...] *Não é o ato sexual em si, só isso, mas além.* E uma outra licencianda complementa essa questão quando menciona: *o sexo é diferente de sexualidade. O sexo feminino e masculino é diferente da construção da sexualidade. Ai eu coloquei aqui algumas representações, homens abraçados, uma relação hetero,*



o corpo da mulher com toda a sua sensualidade. E eu acho que a sexualidade remete muito ao gosto, ao que vai dar prazer. Então é uma coisa muito construída.

Essas narrativas expressam os outros entendimentos que a sexualidade vem adquirindo, *porque sexualidade pra minha concepção é um termo cultural, é uma coisa que as pessoas estão construindo com o passar dos tempos*, menciona uma licencianda. Sendo assim, a partir desses entendimentos, é possível entender que a sexualidade foi compreendida como além das questões relacionadas a materialidade biológica dos sujeitos, embora em algumas escolas, a sexualidade esteja vinculadas apenas as aulas de Ciências ou de Biologia, quando o assunto for corpo humano. Para Ribeiro (2008, p.164), “na escola, a ênfase é tratar a sexualidade por essa via, ou seja, pela aquisição de conhecimentos científicos (categorizações e descrições) dos sistemas reprodutores e genitalidade – atributo biológico compartilhado por todos [...].” Com isso, a/o professora/o dessa área do saber passa a ser a/o interlocutora/o autorizada/o para falar desse assunto encerrando-a, dessa forma, em uma teia discursiva, ou seja, o que é permitido falar sobre a sexualidade, ou seja, o discurso biológico, aquele que é entendido como legítimo, porque é comprovado cientificamente.

A partir dessas problematizações emergiram as questões relacionadas sobre os sujeitos que estão autorizados a discutir acerca da sexualidade na escola. Dentre as narrativas, destaco a de uma licencianda: *Ai acontece que vem os psicólogos, nada contra [...] eu digo assim oh a gente tem que ter fundamentação pra poder defender, porque se não tem que vim alguém de fora, com créditos ou se não vai vir pessoas de fora, psicólogos, que não conhece o grupo, não conhece a linguagem, não conhece os alunos. O que acontece? Ai vem eles, eles falam todos aqueles...todas aquelas palavras, nomes que parecem palavrões e as crianças ficam a ta... E ai será que foi legal?*

Em diversos momentos, quando se fala em sexualidade, encontramos alguns profissionais que são chamados para falar, como por exemplo, psicólogos, médicos e enfermeiros, entre tantos outros. Com isso, é possível pensar que existem “diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT, 2007, p. 33-34). Dessa forma, é construída a imagem de que é preciso ser técnico ou especialista para tratar do assunto, com isso, não estou negando a importância da participação desses profissionais na escola, mas o que estamos propondo para discussão é que: Será preciso ser técnico, especialista na área para estar, então, autorizado a falar sobre sexualidade? A partir deste questionamento, é possível pensar que o saber, nessa situação a sexualidade, está diretamente vinculado ao poder, assim como propõe Foucault: poder e saber estão imbricados, ou seja, o sujeito que se diz detentor de um saber, estará, então, autorizado a



falar e, também, estará exercendo poder sobre os demais sujeitos que não possuem conhecimentos sobre a sexualidade. Sendo assim, o sujeito que detém um saber irá exercer um poder sobre os demais sujeitos, tanto que é ele quem estará autorizado a falar sobre o assunto.

Através da análise das narrativas das/os licenciandas/os foi possível perceber que as “verdades” sobre a sexualidade, que os entendimentos que narramos sobre a sexualidade e que encontramos na sociedade e, reproduzimos e também produzimos outros discursos como encontramos nas narrativas dos sujeitos dessa pesquisa são produzidos sócio, histórica e culturalmente através de outros discursos que circulam em diversas instâncias sociais. Esses discursos vão nos interpelando e vão nos ensinando modos de ser e estar na nossa sociedade, e assim vamos nos constituindo.

Algumas considerações

Ao analisarmos essa atividade desenvolvida com as/os licenciandas/os pudemos perceber a importância em discutir as questões de sexualidade e conseqüentemente as temáticas de gênero e corpo, as quais estão entrelaçadas com o nosso entendimento de sexualidade que se apresenta como algo mais amplo. As/os licenciandas/os além de narrarem seu entendimentos sobre sexualidade, mencionaram sobre a importância dessas discussões estarem presentes na família, como a primeira instância social em que o sujeito transita, bem como na escola ao trazer a tona as discussões relacionadas ao currículo.

Outro aspecto significativo que emergiu para pensarmos a importância de discutir a sexualidade com as/os licenciandas/os é a presença dessa temática nos Parâmetros Curriculares Nacionais: nesse documento são propostas outras abordagens sobre esse assunto que não somente o corpo enquanto materialidade biológica. No entanto, ela está descrita nos temas transversais dos PCN. Com isso é possível fazer o seguinte questionamento: Que conhecimentos são válidos e devem ser apreendidos pelos sujeitos, já que a sexualidade não é entendida como um componente curricular, mas sim como um tema transversal?

A partir desses questionamentos, é possível pensar algumas problematizações sobre o currículo, ou seja, ele não é apenas o lugar onde estão postos diversos saberes, que serão transmitidos aos alunos e alunas. O currículo é um lugar onde as relações de poder se estabelecem. Essas relações entendidas a partir de Foucault (2007a), são as em que o poder é visto como relacional, disseminado, capilar e produtivo. A seleção do que é conhecimento e do que não é conhecimento é um exemplo dessa relação de poder que se estabelece, a qual gera uma divisão



entre os indivíduos, excluindo os saberes dos sujeitos que vivem em outros contextos sociais, que não são contemplados pelo currículo escolar.

Além disso, as narrativas contidas no currículo estabelecem o que é certo e o que é errado, quais os conhecimentos legítimos – conhecimentos produzidos pela ciência – e quais os conhecimentos ilegítimos – oriundos do senso comum – entre outras verdades discursivas, as quais interpelam os sujeitos. A “verdade” encontra-se centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o (re)produzem,” (FOUCAULT, 2007a, p.13), ou seja, o conhecimento científico é aquele que a sociedade considera legítimo e, por esse motivo, é nele que a escola irá ancorar seus entendimentos.

Sendo assim, o currículo não é apenas uma lista de conteúdos, não é apenas um documento no qual a escola irá registrar os objetivos que pretende atingir. Ele é mais do que isso, ele é um documento de identidade, carregado de significados e representações que estão dentro das escolas, mas ainda imperceptíveis para algumas/alguns professoras/es, porque esses significados e representações ainda encontram-se naturalizados em algumas práticas pedagógicas como, por exemplo, a sexualidade, temática que ainda é entendida como algo feio e proibido de ser discutido na escola.

Frente aos discursos presentes nas escolas e em outras instituições sociais sobre corpos, gêneros e sexualidades, considero necessário questionar e refletir sobre essas temáticas com as/os licenciandas/os, uma vez que eles/as, ao ingressarem no espaço escolar, irão desempenhar o papel de articuladoras/es do Projeto Pedagógico, mediadoras/es do processo ensino-aprendizagem e das relações professora/professor – aluna/o. Além disso, também é importante discutir e problematizar os diversos discursos e práticas sobre algumas questões centrais no estudo da sexualidade, a fim de que possam emergir outras formas de pensar e problematizar essa temática na escola.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed, Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de experiência e investigação narrativa. In: LARROSA, J. et al. *Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación*. Barcelona: Laertes, 1995.

FOUCAULT, Michael. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 18ª ed, São Paulo: Graal, 2007.

_____. *Microfísica do Poder*. 24ª ed, São Paulo: Graal, 2007 (a).



FURLANI, Jimena. Educação Sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2ª ed, Petrópolis: Vozes, 2005.

LARROSA, Jorge. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Sexualidade, gênero e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 9ª ed, Petrópolis: Vozes, 2007, p. 80-81.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental*. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas: Bioquímica) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. (Re) Pensando outras possibilidades de discutir a sexualidade na escola. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, RIZZA, Juliana Lapa, MAGALHÃES, Joanalira Corpes, QUADRADO, Raquel Pereira (Orgs.). *Educação e Sexualidade: identidade, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia...* 2ª ed, Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.